
ARQUEOGENEALOGIA E CARTOGRAFIA COM A PESQUISA HISTÓRICO-DOCUMENTAL

ARCHAEOGENEALOGY AND CARTOGRAPHY WITH THE HISTORICAL DOCUMENTARY RESEARCH

Flávia Cristina Silveira Lemos¹

<http://lattes.cnpq.br/8132595498104759>
<http://orcid.org/0000-0002-6601-0653>

Dolores Galindo²

<http://orcid.org/0000-0003-2071-3967>
<http://lattes.cnpq.br/6781116835399339>

Igor Gonçalves de Matos³

<http://orcid.org/0000-0002-3509-9309>
<http://lattes.cnpq.br/5456000904611913>

Ataualpa Maciel Sampaio⁴

<http://orcid.org/0000-0003-3165-7817>
<http://lattes.cnpq.br/9554505831600850>

Amanda Caroline da Silva Soares⁵

<http://orcid.org/0000-0001-5191-9197>
<http://lattes.cnpq.br/6605237139469212>

Leandro Passarinho Reis Júnior⁶

<http://orcid.org/0000-0001-9505-7808>
<http://lattes.cnpq.br/8106073837131437>

Recebido em: 02/10/2021

Aceito em: 16/06/2022

RESUMO: Este artigo é um esboço conceitual de apropriações das pistas metodológicas da arqueogenealogia de Michel Foucault e da cartografia de Gilles Deleuze e Félix Guattari. Este texto surge de inquietações a respeito do pesquisar com documentos em articulação com alguns usos da caixa de ferramentas da Filosofia da Diferença. Busca-se apresentar alguns conceitos e operadores metodológicos em uma conversação da prática do pesquisar na diferença. Trata-se de um recorte de um conjunto mais complexo e extenso dos estudos de Foucault, Deleuze e Guattari no campo da Arqueologia, Genealogia e

¹ Psicóloga/UNESP; Mestre em Psicologia Social/UNESP; Doutora em História Cultural/UNESP; Pós-doutora em Psicologia/UFF. Professora associada IV de Psicologia Social/UFPA. Bolsista de Produtividade de Pesquisa CNPQ-pQ2. E-mail: flaviacslemos@gmail.com.

² Psicóloga/UFPE. Mestre e Doutora em Psicologia Social/PUC-SP. Pós-doutora em Psicologia Social/PUC-SP. Professora associada III de Psicologia Social/UFMT. E-mail: dolorescristinagomesgalindo@gmail.com.

³ Psicólogo/UNESP. Mestrando em Psicologia/UNESP. E-mail: iigormatoss@gmail.com.

⁴ Psicólogo/UFMG. Mestre em Psicologia Social/UFMG. Doutorando em Psicologia/UFPA. E-mail: atau@live.com.

⁵ Pedagoga/UFPA. Mestre em Educação/UFPA. E-mail: amanda84soares@yahoo.com.br.

⁶ Pedagogo/UFPA. Psicólogo/UFPA. Mestre e Doutor em Educação/UFPA. Coordenador do Curso de Pós-graduação em Psicologia/UFPA. Professor adjunto IV de Psicologia da Educação/UFPA. E-mail: lpassarinho23@gmail.com.

Cartografia. Por fim, realiza-se uma articulação destas ferramentas citadas com um segundo plano de apropriações, produzido a partir de contribuições da Nova História Cultural. Concluindo, o texto visa trazer possibilidades analíticas para trabalhos com percursos metodológicos na Filosofia da Diferença em interface com a Psicologia e a História.

Palavras-chave: Arqueogenealogia; Cartografia; História Cultural; Metodologia; Michel Foucault.

ABSTRACT: This article is a conceptual sketch of appropriations of methodological clues from Michel Foucault's archaeogenealogy and Gilles Deleuze and Félix Guattari's cartography. This text arises from concerns about researching with documents in conjunction with some uses of the Philosophy of Difference toolbox. The aim is to present some concepts and methodological operators in a conversation about the practice of researching difference. It is an excerpt from a more complex and extensive set of studies by Foucault, Deleuze and Guattari in the field of Archeology, Genealogy and Cartography. Finally, there is an articulation of these tools mentioned with a second level of appropriations, produced from contributions from the New Cultural History. In conclusion, the text aims to bring analytical possibilities to Works with methodological paths in the Philosophy of Difference in relation with Psychology and History.

Keywords: Archaeogenealogy; Cartography; Cultural History; Michel Foucault; Methodology.

INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda pistas da arqueogenealogia e da cartografia, de acordo com algumas apropriações conceituais e metodológicas de Michel Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guattari, especialmente, na conversa com os estudos históricos, no plano da descontinuidade, da emergência e da proveniência, no encontro com o rizoma, a multiplicidade e o devir.

Ressalta-se que este texto é resultado de um recorte parcial de trabalhos dos autores mencionados, na medida em que as obras dos mesmos são extensas e apresentam inúmeros deslocamentos, possibilidades e planos que são diagramas com inúmeras linhas de forças horizontais e verticais, entrecruzadas. Logo, analisa-se uma trama que se move e é processual. Articulam-se autores para que se possa profanar os usos mais comuns destes autores e de suas obras. Em geral, acompanha-se que há trabalhos mais pautados no princípio do comentário quando se refere à cartografia, principalmente. Busca-se neste artigo movimentar a função autor como dispositivo estético, ético e político.

Deste modo, busca-se torcer e deslocar modos de pensar para poder operar um gaguejar e, assim, materializar um fazer ranger que corta, maneja, realiza novas maneiras de falar, escrever e analisar os arquivos enquanto diagramas de forças heterogêneas e múltiplas. Busca-se utilizar a caixa de ferramentas disponibilizada por Deleuze, Guattari e Foucault com as metodologias de trabalho com os arquivos na pesquisa documental, a partir do diálogo com a Nova História Cultural em Veyne, Chartier, Certeau, Farge, Rago e Le Goff.

Logo, o objetivo específico deste artigo não é dar conta de todo escopo teórico-metodológico da arqueogenealogia e da cartografia. Pretende-se efetivamente trazer breves incursões enquanto contribuições na pesquisa com os aportes supracitados, a partir de conversas estabelecidas pelos usos feitos das pistas que são abordadas neste texto. Com efeito, é possível problematizar práticas ao profaná-las em termos de uma ordem do discurso

consagrada e instituída, em uma disciplina, em uma sociedade do discurso ou por alguma corporação profissional e acadêmica específicas.

No bojo deste mapa, com o conceito de profanação de Agamben (2015), é possível interrogar o que foi sacralizado de certa forma para que possamos acionar o ato de criar como prática da pergunta que permite efetuar rupturas e produzir novos possíveis com a ativação dos saberes locais, que se tornam mecanismos de singularização acontecimental. O texto está organizado por intercessores: arqueologia do saber, genealogia do poder e cartografia. São percorridos três planos de intercessão no que podemos narrar como zonas de co-existência e zonas de vizinhanças entre eles com a Nova História Cultural e os usos dos arquivos como conjuntos de documentos.

INTERCESSOR ARQUEOLOGIA DO SABER

Inicialmente, tratamos de destacar pontos fundamentais do intercessor Michel Foucault (2008), em “Arqueologia do Saber”. Neste livro, o autor nos oferece uma cartografia das práticas discursivas por meio de uma história dos saberes. Esta pista é crucial porque explicita uma analítica central nos trabalhos de Foucault, qual seja, a proposta de ruptura com a História das Ciências, chamada tradicionalmente de epistemologia. Esta ruptura se insere em uma crítica de Michel Foucault ao sujeito do conhecimento, constituído por uma suposta consciência e à história da ciência como tribunal da verdade. Portanto, coloca-se em xeque a ideia de evolução corretiva e linear da ciência, presente no conceito de epistemologia e na prática da ênfase à história como teleologia e progresso (MACHADO, 2007).

Desta feita, analisar a história dos saberes é diferente de realizar uma história das ciências, pois ciência é uma das modalidades dos regimes de verdade que se ancora em critérios delimitados de validação, de neutralidade e objetividade, de verificabilidade, de reprodução metodológica, de hierarquização dos saberes. E, no caso da arqueologia, especificamente, busca-se sair do campo da neutralidade e da noção de progresso científico bem como romper com a universalidade e busca de evidências-provas da verdade. Portanto, ressalta-se que a arqueologia abre espaço para a problematização de outros saberes e permite interrogar o cientificismo e o tecnicismo; o que não implica negar a ciência.

Por isso, para problematizar a ciência como unidade discursiva e suposta verdade em evolução na história. Diferentemente de boa parte de autores que focaram na linguagem como objeto de análise central nas ciências humanas e sociais, Foucault (2005, p. 72) passou a trabalhar com os arquivos, definidos como acúmulo de discursos heterogêneos e múltiplos. E, segundo Foucault (2008), “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta [...]” (FOUCAULT, 2004, p. 10). Há uma polícia discursiva, de acordo com Foucault (2004) que filtra os discursos, apagando alguns, jogando luz sobre outros, tenta controlar quem fala e o que fala, fixando limites de fala, estabelecendo critérios para o que é dito, qualifica algumas falas e desautoriza outras.

Salienta-se, de fato, que se torna relevante interrogar a tentativa de conservar e legitimar alguns discursos em arquivos e a de banir outros, ou seja, coloca-se em xeque a valorização de alguns saberes em detrimento de outros. A arqueologia permite questionar a prática

política que interdita e silencia alguns discursos, que exclui e impede a circulação e visibilidade para determinados discursos, enquanto lança luz e prioriza outros.

Há um sistema de controle dos discursos que opera a distribuição dos saberes e os classifica em disciplinas bem como cria o princípio dos comentários e produz objetos delimitados. Ou seja, há uma delimitação e repartição em que as sociedades discursivas tentam criar doutrinas e, por sua vez, seus seguidores. Além destas restrições de quem pode participar das sociedades discursivas, há a fabricação de rituais hierarquizados, em um passo a passo do acesso que organiza um sistema de transmissão dos saberes a ser seguido tal como um currículo. Ora, opera-se um processo de crítica à aquisição da verdade e do seu manejo técnico.

Com efeito, há filtros e técnicas que devem ser obedecidos para quem deseja ser reconhecido em uma sociedade dos discursos, em determinados campo dos saberes. No bojo destas práticas, são criadas redes de circulação dos saberes pelo sistema editorial, pelas universidades, por meio de congressos e formações das mais diversas. Com efeito, a arqueologia analisa criticamente a fabricação de corporações que realizam a distribuição discursiva para assegurarem a reificação de fronteiras rígidas que impedem ao máximo a ocorrência de desníveis entre os discursos.

A arqueologia, neste caso, tenta quebrar com uma imagem de totalidade e unidade discursiva de uma disciplina, da formação de um objeto e de uma suposta especialidade profissional que forja hegemonias. Portanto, interroga a veneração de determinados discursos e sistemas de filiação dos chamados pais fundadores de escolas e movimentos institucionalizados. Neste ponto, é possível analisar o quanto é necessário e importante colocar em parênteses o mecanismo do comentário como obrigatoriedade em uma sociedade ou uma corporação discursiva porque esta prática torna o trabalho da história um ofício de especialistas do comentário de determinados conceitos e autores. A regra de citar e comentar um saber e um autor como referência e/ou fundamento produz controles discursivos e fabrica repetições, além de aplicações cristalizadas das práticas.

As relações descontínuas entre os enunciados são colocadas também em sistemas de repartições em meio aos efeitos de poder que nos libertam da noção de influências que reiteram filiações aprisionadoras. Quebrar causalidades e finalidades históricas permite romper com essências e universalidades. Sair da história teleológica e evolucionista é uma arma de resistência para quem deseja criar e ativar saberes insurgentes e sair das moralizações de verdades essencialistas que sustentam valores de uma cultura fundamentalista.

A arqueologia passa a constituir um plano de forças em arranjo e rearranjo disperso e descontínuo, em jogos de aparecimento e deslocamentos permanentes que nos fazem pensar sem objetos naturais, estando aí também um dos aspectos que pode tornar interessante esta análise em termos de sua possibilidade de singularização dos acontecimentos.

Foucault (2009) nos ajudou a sair das armadilhas das unidades de sentido, das relações entre autor e obra, a romper com as comunidades de sentido e de pertencimento social para que pudéssemos analisar as coexistências de saberes por meio do entrecruzamento de enunciados. Ele nos possibilitou identificar quem fala como uma posição de sujeito, de onde fala e para quem fala, o que impede a fala de alguém bem como pensar quais instituições são consagradas e desautorizadas na formação discursiva, na descontinuidade de ocupações de

lugares de fala e no funcionamento destes lugares em relações de poder instituídas em uma sociedade específica.

O discurso não é fruto de um sujeito do conhecimento e de um eu, mas é impessoal e formado por enunciados diversos e funções enunciativas variadas, múltiplas e dispersas, unidas ao acaso por jogos que articulam discursos em disciplinas e formações não naturais e, portanto, provisórias (FOUCAULT, 2009). O princípio do comentário como controle do discurso foi um dispositivo que Foucault visava questionar para romper com o sujeito como origem do conhecimento.

Foucault também questionou a relação autor, obra e influência, ao salientar o caráter identitário e restritivo da escrita e das falas nesta prática conciliatória que ligava um autor a uma rede de influências, a qual o prendia em uma unidade de sua obra como não pudesse diferir nem se transformar como subjetividade. Conjurando este lugar identitário era uma preocupação da arqueologia pautada na proveniência como problematização de noções baseadas em raízes e fundamentos. Este é um dos pontos que se articula com as discussões genealógicas de Foucault (2004).

Por isto, é crucial o trabalho com documentos por meio dos princípios de rarefação discursiva e do deslocamento de posições de sujeito para podemos sair do sujeito intencional e da verdade como expressão de um sujeito que fala e de outros que recebem, se apropriam e desvelam as regras desta extração de vestígios em um tempo histórico supostamente linear (FOUCAULT, 2004).

O enunciado é uma multiplicidade, o qual opera por meio de vetores em variação (DELEUZE, 2005). Outro aspecto dos enunciados entrecruzados é o arquivo enquanto o espaço correlativo que articula os “sujeitos, seus objetos, seus conceitos” (DELEUZE, 2005, p. 18). Assim, “um mesmo enunciado pode ter várias posições, vários lugares de sujeito” (DELEUZE, 2005, p. 19). Logo, haveria um objeto discursivo, para Foucault e não um referente ou intencionalidade. Os enunciados possuiriam conceitos, esquemas discursivos. Desse modo, “o espaço correlativo é a ordem discursiva dos lugares ou posições dos sujeitos, dos objetos e dos conceitos numa família de enunciados” (DELEUZE, 2005, p. 20-1).

Além do espaço colateral e correlativo, Foucault teria postulado “o espaço complementar ou de formações não-discursivas (instituições, acontecimentos políticos, práticas e processos econômicos)” (DELEUZE, 2005, p. 21). Ora, se há enunciados nas instituições, os mesmos também se referem concomitantemente às instituições, o que implica em configuração de objetos e posições de sujeitos que se deslocam e se transformam.

INTERCESSORES GENEALOGIA DO PODER E HISTÓRIA CULTURAL

Escrever para contar uma história no âmbito dos estudos historiográficos não é meramente apresentar um texto como um conjunto de palavras e de frases, de parágrafos, em uma narrativa descritiva. Escrever a história é fabular, provocar, inquietar, descrever com análise e conceitos, trabalhar fontes e lugares, tempos e acontecimentos, enredos tecidos e pensados, narrativas organizadas e reorganizadas em arquivos, memórias arquivadas e guardadas em muitos espaços ou no mesmo espaço, empoeiradas e selecionadas.

Ora, a escrita da história é uma operação historiográfica, como já disse Michel De Certeau (2011), uma instituição com seus arranjos e suas memórias, enquadradas em selos e gavetas

mexidas, trabalhadas em suas tramas e intrigas e por instantes rápidos e repletos de valores de uma sociedade específica. A questão em jogo é pensar a política institucionalizada e sua economia veiculada em trocas diversas que também operam pelo discurso e pelas gavetas, salas, quartos, armários, bibliotecas, estantes, museus, arquivos e prédios públicos, currículos e pastas em casas, museus, bibliotecas e nos computadores. Os documentos-arquivos podem ser hospedados em sites pessoais ou em sites institucionais, em lugares diversos das memórias (CHARTIER, 2010).

Trata-se de analisar os fragmentos políticos, os percalços vividos, os experimentos realizados, os retratos forjados, as assinaturas e timbres replicados, os carimbos e datas, as cores do papel, a diagramação do texto e a instituição que o publicou, as pessoas que escreviam neste local e produziam os documentos para que eles fossem usados e pudessem circular. Portanto, o acesso e a guarda dos documentos estão ligados à circulação e à difusão dos discursos por uma política da verdade e uma disputa da memória (FARGE, 2011).

O que interessa aos historiadores são os fazeres, dizeres e usos dos artefatos que são produzidos pela sociedade e pelas práticas culturais, políticas, religiosas, econômicas, sociais, subjetivas, ambientais e demográficas. As práticas cotidianas são um campo repleto do exercício de poder-saber, marcado pela produção de legados que deixaram rastros e foram alvo de interesse, em uma dada época bem como em certos grupos da sociedade (CERTEAU, 2011). A história é uma arma de problematização da vida e dos acontecimentos em que se pensa a atualidade no mesmo movimento de temporalidades processuais que se desloca no presente, em termos de prática que considera a ontologia histórica de nós mesmos no que tange a ação de estarmos em vias de deixarmos de ser o que éramos simultaneamente ao vir a ser, ou seja, de devir (FOUCAULT, 1979).

Estes fragmentos de análise são utilizados como uma maneira de assinalar a complexidade das táticas em história, de mobilização dos documentos como artefatos e os usos destes em redes com enredos e intrigas, nas tramas dos objetos, no campo de reflexão que nos abre a possibilidade de fazer perguntas, criar problemas e traçar percursos. A crítica à história é um modo de pensar o chamado acesso às provas de uma verdade a ser desvelada e revelada ou o julgamento do passado, entendido como erro. Esta ideia de documento-prova e de passado a ser julgado foi colocada em xeque pela história acontecimental e pelos historiadores do presente com objetivo de trabalhar com a singularidade na historiografia (BURKE, 2008).

Na história cultural, os valores e as culturas são analisados historicamente fora do campo das unidades e das abstrações universalistas. Os valores, costumes, hábitos, tradições e patrimônios são alvo de estranhamentos e análises que os pensam como problema para o historiador cultural (CHARTIER, 2010). Contudo, Cardoso Jr (2001) alerta para o fato de que esta nova vertente pode desembocar em um culturalismo desmedido e relativista, na medida em que a recepção cultural e as interpretações pelo norte da leitura de significados poderão desembocar em um niilismo, em um vazio metodológico, conceitual, político, subjetivo, cultural e social.

Assim, a história cultural é um empreendimento voltado para uma ontologia do presente, em uma atitude crítica frente à atualidade e o que nela nos inquieta. Esta história-problema levanta perguntas para nosso hoje, para o nosso tempo presente, esmiuçando os documentos, entendidos como práticas e experimentos que são dobras, modos de subjetivação (LEMOS & CARDOSO JR, 2009). Ora, estamos tratando de rituais de verdade, de exercícios de

memória e de histórias problematizadoras de práticas culturais singularizadoras (FOUCAULT, 2004).

Os documentos não são provas e não são registros neutros do passado, são artefatos e montagens, recortes e seleções, arquivados por meio de práticas e de uma economia discursiva heterogênea e dispersa, sem unidade totalizante. Os documentos são uma matéria empírica a ser trabalhada em uma história viva e instigante (FOUCAULT, 2004).

Os documentos são pistas, resultantes de disputas e de lutas pela memória e em torno dela. Memória, história e documentos são diferentes, porém podem ser relacionados, articulados e organizados em uma trama por meio de perguntas que ativam os arquivos como conjuntos de discursos. A memória só se torna história após ser trabalhada historiograficamente. O arquivo poderá ser descrito e problematizado pelo ofício de um historiador, mas não necessariamente por um profissional graduado em história.

Uma economia dos discursos pode gerar e sustentar uma economia subjetiva, cultural, política, social e de escolarização, uma relação afetiva e um conjunto de pensamentos. Ora, um conjunto de discursos é um arquivo e movimenta políticas da verdade que podem produzir saúde, encarcerar grupos e libertar povos e corpos, depende das conexões tecidas. As análises de documentos, por exemplo, de relatórios podem trazer inúmeras possibilidades de pesquisa que operem resistências. Entre os documentos que podem ser problematizados, encontram-se: manifestos, denúncias, currículos, leis, jornais, fotografias, filmes, móveis, vestimentas, arquiteturas, diplomas, prontuários, selos, brasões, documentos da justiça e da igreja, arquivos de bancos e empresas etc (FARGE, 2011). Estamos, assim, falando das descrições e análises de materialidades, de conjuntos de situações e limites de atos, de performances, de ditos e escritos, de regimes de visibilidade e de dizibilidade.

As práticas do historiador são operações historiográficas, leituras e produções de objetos, utilização de procedimentos e de regras analíticas (CHARTIER, 2010); elas autorizam e desautorizam, designam lugares institucionais e modalidades de enunciados, descrevem condições de possibilidade de formação discursiva e de objetos emergentes (FOUCAULT, 2004). Assim, os discursos são operadores, estratégias, táticas e são usados a favor e contra os que os pronunciaram, são intercambiados, entrecruzados e utilizados como armas em batalhas no jogo das relações de forças que ultrapassam a lógica binária de dominantes e dominados. Neste ponto, vale assinalar como Foucault no auxiliou a interrogar as práticas no campo dos valores concretos em seus efeitos.

A história é formada por regimes de dizibilidades e de visibilidades, em que cada extrato histórico é constituído por conjuntos de sistemas de repartição do que se pode ver e falar em uma dada época. As visibilidades não se confundem com as imagens e nem os dizeres com o que se fala e se lê, “falar não é ver” (DELEUZE, 2005, p. 70).

A questão metodológica central para a genealogia é a relação do saber com o poder e do poder com o saber, de acordo com Machado (2007). Foucault (1999) destaca que as técnicas do poder disciplinar: o exame, a vigilância e a sanção normalizadora intensificaram o exercício das relações de poder e da produção de saber. Ele assinala que, por meio do exame, fabricamos os casos. Ao mesmo tempo em que um indivíduo é vigiado e modelado por tecnologias disciplinares como caso analisado, produz-se um campo documentário que o captura e o fixa, comparando-o com os demais, classificando-o, objetivando-o.

Para analisar as relações entre saber-poder por meio da genealogia, Foucault (1979, p. 244) criou a noção de “dispositivo”, que ele conceituou como “um conjunto decididamente

heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas”. Portanto, a categoria: “dispositivo” é um operador metodológico que nos auxilia na análise das práticas discursivas, de poder e de subjetivação. As práticas discursivas são concebidas como instituições, pois têm uma realidade material e disparam efeitos, tais como: lutas, processos de servidão e dominação, jogo de palavras composto de perigos e de relações de poder, produção de saberes e difusão destes em espaços institucionais, captura das ações em regimes de força, domesticação da multiplicidade em arquivos de uma escrita biográfica e o estabelecimento de relações entre acontecimentos díspares (FOUCAULT, 2004).

Desemaranhar as linhas de um dispositivo é, em cada caso, traçar um mapa, cartografar, percorrer terras desconhecidas, é o que Foucault chama de “trabalho em terreno”. É preciso instalarmo-nos sobre as próprias linhas, que não se contentam apenas em compor um dispositivo, mas atravessam-no, arrastam-no, de norte a sul, de leste a oeste ou em diagonal (DELEUZE, 2015, p. 01).

O historiador seria aquele que estabelece relações entre os acontecimentos, concebendo-os como um emaranhado de descontinuidades sobrepostas, fazendo os estratos de acontecimentos se multiplicarem (FOUCAULT, 1999). Foucault nos fala que o historiador se detém nos acasos dos aparecimentos e raridades, na análise da emergência e da proveniência. Assim, a genealogia não pretende “mostrar que o passado ainda está lá, bem vivo no presente” (FOUCAULT, 1979, p. 21). Foucault utiliza a Genealogia nietzscheana, propondo a destruição das evidências, em uma história que “reintroduza o descontínuo em nosso próprio ser, que faça ressurgir o acontecimento no que ele tem de único e agudo” (1979, p. 28), que não se apoie mais em invariantes. Deste modo, a tarefa do genealogista é promover a dispersão dos acontecimentos, “manter o que se passou na dispersão que lhe é própria” (FOUCAULT, 1979, p. 21).

A crítica analisa os processos de rarefação, mas também de reagrupamento e de unificação dos discursos; a genealogia estuda sua formação ao mesmo tempo dispersa, descontínua e regular. Na verdade, estas duas tarefas não são nunca inteiramente separáveis; não há de um lado, as formas de rejeição, da exclusão, do reagrupamento ou da atribuição; e, de outro, em nível mais profundo, o surgimento espontâneo dos discursos que, logo antes ou depois de sua manifestação, são submetidos à seleção e ao controle (FOUCAULT, 2004, p. 66).

O trabalho do genealogista é demorar-se sobre os documentos como monumentos que narram o cotidiano e os efeitos de poder correlatos, marcados por redes de enunciados em espaços colaterais (FOUCAULT, 1979). O espaço colateral não é uma proposição lógica, nem se reduz às frases em semióticas e aos contextos e axiomas de conjunturas, ele é uma conversação de práticas em arquivos. Foucault genealogista também foi um arquivista, se instalava na diagonal, como destacou Deleuze (2005), pois, em um arquivo, o discurso funciona na adjacência de outros, compondo um grupo de enunciados. Por isto, o enunciado seria transversal, definindo regularidades heterogêneas que funcionam por regras de variação dispersas.

INTERCESSOR CARTOGRAFIA

Mas, o campo discursivo de relações é tecido imanente ao não-discursivo, sendo que o enunciado poderia ser repetido, pois é materializado em práticas de distribuição, “repartição de singularidades, a mesma ordem de locais e de posições, a mesma relação com um meio instituído” (DELEUZE, 2005, p. 22). Porém, o que é repetido pelo enunciado não é a mesma coisa já que há emissões de singularidades em sujeitos e com lugares vagos sem teatros de representações. Repete-se a produção da diferença na História devir, atualizando-se o virtual, ou seja, as intensidades em extensão, em formas.

Assim, o enunciado não pertence a um sujeito, se trata de um murmúrio anônimo. Ora, quando Foucault colocou em xeque os documentos e nossa relação com eles, marcou sua analítica de um monumento arquivo. Neste sentido, que os enunciados são diferentes das palavras, das proposições e das frases. Com efeito, para Deleuze (2005), o que Foucault traçou foi um diagrama de forças-arquivo como um mapa-rizoma conectivo, singular, acontecimental e raro.

Diferentemente das árvores ou de suas raízes, o rizoma conecta um ponto qualquer com outro ponto qualquer, e cada um de seus traços não remete necessariamente a traços de mesma natureza, ele põe em jogo regimes de signos muito diferentes, inclusive estados de não-signos. O rizoma não se deixa reduzir nem ao Uno nem ao múltiplo... Ele não é feito de unidades, mas de dimensões, ou antes, de direções movediças. Não tem começo nem fim, mas sempre um meio, pelo qual ele cresce e transborda. Ele constitui multiplicidades (DELEUZE & GUATTARI, 2011, p. 43).

Sendo assim, em nossas análises, produzimos uma dispersão entre as diversas práticas que construíram os dispositivos rizomáticos na problematização cartográfica dos acontecimentos, na História enquanto devir. Um rizoma é uma multiplicidade de linhas entrecruzadas sem entrada nem saída privilegiada. É formado tal qual um diagrama de forças heterogêneas e singulares, em rede de visibilidades e dizibilidades, forjando um diagrama-arquivo a ser acompanhado como uma processualidade-mapa. Prado Filho e Teti (2013, p. 56)

[...] a produção política da subjetividade é um dos focos centrais e estratégicos da análise cartográfica, implicando uma atenção especial a jogos de verdade e de enunciação, jogos de objetivação e subjetivação, modos de sujeição e assujeitamento, produção de corpos morais, sexuais, produtivos, estetizações e produções de si mesmo, formas de resistência, práticas de liberdade, o que faz dela um instrumento para as ciências de radical psi.

Neste projeto genealógico como uma cartografia, as relações de poder passam a ser analisadas por Foucault, na genealogia por meio de postulados, tais como: o da propriedade, em que o poder é uma relação estratégica mais do que uma propriedade; o da localização que viu o Estado como o lugar do poder ou ainda a instituição, mas este lugar é interrogado por ser composto por multiplicidades de forças; no postulado da subordinação inquieta a tentativa de colocar uma relação como causa ou dependência de outra; o postulado do atributo está ligado à divisão entre dominantes e dominados (DELEUZE, 2005).

Entretanto, para Foucault o poder é uma relação e opera sempre sem se fixar a um grupo específico; outro postulado é o da modalidade em que se define poder como repressivo e violência ou ideologia, no entanto, poder é ação sobre ação para incitar, compor e investir, normalizar e suscitar; no postulado da legalidade, o Estado age pela lei que coage e proíbe, mas, Foucault ressalta que a relação de poder é uma prática que é estratégia e tática mais do que lei. Assim, que o diagrama se diferencia do arquivo porque é um mapa móvel e co-extensivo ao campo social, mistura matérias fluidas, imanentes e em devir (DELEUZE, 2005).

O que Deleuze chama de devir do conceito é esta conexão tanto dos elementos de um conceito quanto dos diferentes conceitos em um mesmo sistema conceitual; é o fato de que os conceitos se coordenam, se conectam, se compõem, se aliam numa determinada filosofia, mesmo que tenham histórias diferentes. Assim, ele distingue devir e história de um conceito. Dizer que um conceito tem história significa que ele não é criado do nada; foi preparado por conceitos anteriores ou alguns componentes desse conceito vêm de conceitos de outros filósofos, embora ele permaneça original (MACHADO, 2010, p. 16-17).

Historicizar as práticas é analisar o arquivo e o diagrama simultaneamente, em que o mapa é formado por agenciamentos disjuntivos e que geram efeitos como as atualizações de forças virtuais intensivas se tornam objeto por meio de práticas sociais em desdobramentos ao acaso e permanentes, em devir. “Há uma história dos agenciamentos, assim como há um devir e mutações de diagrama” (DELEUZE, 2005, p. 51).

Para Foucault, não há um objeto natural, mas somente práticas de objetivação e subjetivação. “O objeto se explica pelo que foi o fazer em cada momento da história” (VEYNE, 1998, p. 257). O genealogista como um cartógrafo descreve estas práticas datadas e historiciza as objetivações, as racionalizações para que elas desapareçam, ou seja, para que percebamos que os acontecimentos são raros (VEYNE, 1998). Cada prática está ligada às vizinhas em suas transformações, ou seja, há um movimento do tabuleiro dos dados que engendra novos acontecimentos, pois as forças não cessam de serem atualizadas na História-acontecimental.

Para estudar as práticas de saber, poder e subjetivação, Foucault propõe interrogá-las, questionar suas pretensões de evidência, colocar em questão os postulados instituídos no campo social com seus efeitos de verdade. “O método de Foucault sempre se contrapôs aos métodos de interpretação. Jamais interprete, experimente... [...]” (DELEUZE, 1992, p. 109). Experimentar implica analisar a História como devir, sem finalidade e sem evolução, na medida em que o arquivo não é unidade e sim uma dispersão diagramática.

A profanação implica, por sua vez, uma neutralização daquilo que profana. Depois de ter sido profanado, o que estava indisponível e separado perde a sua aura e acaba restituído ao uso. Ambas as operações são políticas, mas a primeira tem a ver com o exercício do poder, o que é assegurado remetendo-o a um modelo sagrado; a segunda desativa os dispositivos do poder e devolve ao uso comum os espaços que ele havia confiscado (AGAMBEN, 2015).

Assim como Foucault (2008) afirmava que ele captava o intolerável e efetuava uma análise como atitude crítica, forjando práticas de heterotopias, também visamos agir na inquietude de quem não se conforma com as sujeições atuais e busca cartografar quais são os

novos perigos em nosso tempo. Mapear o movimento das forças em processualidade, emaranhadas e correlatas é poder traçar o percurso de territorialização e desterritorialização dos modos de existências e dos regimes de visibilidade/dizibilidade em tensões agonísticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que tange à arqueologia do saber em Michel Foucault, delineamos os seguintes aportes: descontinuidade, as práticas discursivas, os lugares institucionais, as modalidades enunciativas, as posições de sujeito, os processos de rarefação acontecimental, as sociedades do discurso, os princípios do comentário e da disciplina nas formações discursivas. O arquivo é o objeto histórico da arqueologia do saber enquanto uma história da verdade não linear e marcada por desníveis discursivos.

Já, na apropriação da genealogia de Michel Foucault, trabalhamos com as pistas: emergência, proveniência, saberes locais, raridade, práticas de poder-saber, resistências e a história problematizadora no trabalho com documentos, na insurreição dos saberes sujeitados e na desdisciplinarização dos saberes. Neste ponto, abriu-se um diálogo de Foucault com o historiador Paul Veyne e a Nova História Cultural.

Por fim, com a cartografia, manejamos os operadores: multiplicidade, heterogeneidade, singularidade, rizoma, devir e história acontecimental. Especialmente, trabalha-se com algumas ferramentas da coletânea brasileira Mil platôs de Deleuze e Guattari. Concluindo, com Passos e Barros (2009, p. 17) entendemos que:

A Cartografia como método de pesquisa-intervenção pressupõe uma orientação do trabalho do pesquisador que não se faz de modo prescritivo, por regras já prontas nem com objetivos previamente estabelecidos. No entanto, não se trata de uma ação sem direção, já que a cartografia reverte o sentido tradicional de método sem abrir mão da orientação do percurso da pesquisa.

Toda cartografia é uma pesquisa-intervenção, na medida em que saber-poder-subjetivação andam juntos e estão em efeitos recíprocos de entrecruzamentos de forças, apesar de serem práticas distintas. O pesquisar com a Filosofia da Diferença não prescreve nem impõe modelos, opera por uma ética, estética e política dos modos de existências. Ética porque pressupõe avaliações das práticas, estética na medida em que opera criações e política como potência de inscrição de práticas raras e datadas, na singularização dos acontecimentos e dos fazeres no pesquisar.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. *Profanações*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- ALLIEZ, E. *A assinatura do mundo. O que é a filosofia de Deleuze e Guattari*. São Paulo: Editora 34, 1994.
- BURKE, P. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- CASTRO, E. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Tradução Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

- CASTRO, C. *Pesquisando em Arquivos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- CERTEAU, M. de. A operação histórica. In: *História: Novos Problemas*. Le Goff, J.; Nora, P. (Orgs.) 2ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense, 2011.
- DELEUZE, G. *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 1992.
- DELEUZE, G. & GUATTARI, F. *Mil Platôs vol. 2*. Tradução Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.
- DELEUZE, G. & GUATTARI, F. *Mil Platôs vol. 4*. Tradução Suely Rolnik. São Paulo: Editora 34, 1997.
- DELEUZE, G. & GUATTARI, F. (2011). *Mil Platôs vol. 1*. Tradução Ana Lúcia de Oliveira, Aurélio Guerra Neto e Cecília Pinto Costa. São Paulo: Editora 34, 2011.
- DELEUZE, G. *Foucault*. Tradução Cláudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Organização Roberto Machado. São Paulo: Graal, 1979.
- FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2004.
- FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- HARDT, M. *Gilles Deleuze. Um aprendizado em Filosofia*. São Paulo: Editora 34, 1996.
- LE GOFF, J. *História e Memória*. Tradução Bernardo Leitão. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.
- LEMOES, F. C. S. & CARDOSO Jr, H. R. A genealogia em Foucault: uma trajetória. *Psicologia & Sociedade*. São Paulo, n. 21(3), p. 353-357, 2009.
- MACHADO, R. Foucault, a ciência e o saber. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- MACHADO, R. *Deleuze. Arte e Filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- PASSOS, E.; BARROS, R. D. B. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 17-31.
- ZOURABICHVILI, F. *O vocabulário de Deleuze*. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Centro Interdisciplinar de Estudos em Novas Tecnologias e Informação, 2004.